

Estranha aliança, contra São Paulo

23 JAN 1987

ESTADO DE SÃO PAULO

O futuro governo peso pesado de Minas ensaia os primeiros passos de sua previsível mediocridade: articula com o do Estado do Rio uma curiosa aliança a fim de combater a "supremacia" de São Paulo na área econômica do Executivo federal. Sucede que pela primeira vez em muitos anos os titulares da Fazenda e do Planejamento foram recrutados simultaneamente em São Paulo — mas de nenhum deles se pode dizer que exerce a função com a atenção voltada para cá ou praticou qualquer ato capaz de revelar o propósito de favorecer São Paulo indevidamente ou com prejuízo de outra ou de outras unidades da Federação. Infelizmente nem sempre se pôde dizer a mesma coisa, no passado recente, a respeito de governos que funcionaram em Brasília, de olhos postos no Rio Grande do Sul, cuja influência política na República entrou a crescer velejamente depois de 1930 e, a rigor, jamais declinou desde então. Vargas foi ditador entre outubro daquele ano e julho de 1934. Depois, de novembro de 1937 a outubro de 1945; entre 1934 e 1937 ocupou a Presidência da República sob regime constitucional — o que voltou a fazer mais tarde, entre 1951 e 1954. Nos governos militares instalados depois de 1964 três foram chefiados por generais nascidos no extremo Sul; e foi lá que viveu algum tempo, na juventude, o general

João Baptista Figueiredo, cuja índole se revelou muito mais gaúcha, no tratamento generoso concedido aos amigos, do que carioca.

Quererão os srs. Newton Cardoso e Wellington Moreira Franco substituir os ministros Dilson Funaro e João Sayad por quem olhe com mais préstimo para as Gerais e para a Velha Província fluminense? Aborrece-os a supremacia paulista, fundada no desenvolvimento econômico, que jamais decorreu de favores oficiais, muito pelo contrário? Pois a verdade é que a vantagem deste Estado sobre os demais, na imensidão do Brasil, nunca decorreu de prestígio perante a Corte, o Palácio Itamaraty, onde se alojaram os primeiros presidentes, depois de 1889, o Palácio do Catete e o do Planalto. Vargas teve não poucas razões pessoais, subalternas, para relegar São Paulo a segundo plano, alquebrá-lo, dobrá-lo, amesquinhá-lo. Frustrou-se, sempre.

Pouco, muito pouco mesmo, se deverá esperar da gestão a ser iniciada no Palácio da Liberdade, a partir de 15 de março próximo. Muitos mineiros bem o sabem; e essa constatação melancólica pode ser feita por qualquer um, medianamente bem informado sobre política e políticos. Porém não se explica, à primeira vista, como o sr. Moreira Franco embarcou na canoa furada dessa aliança malsinada. Ele

Economia - Crase

tem um biotipo muito melhor e aparenta estar pouco acima da média dos que militam nos quadros partidários, nestes dias. Há de ter sido, aliás, graças a supostas qualidades, que precisará confirmar, que derrotou no Rio de Janeiro a experiência demográfica do *socialismo moreno*. Será bom que não se meta em aventuras, como essa que resultou de uma viagem desastrada que empreendeu a Belo Horizonte, para que não se nivele a seu rotundo interlocutor, incômodo parceiro na jogada primária que dâa ensejo a este comentário.

Por que Minas e Estado do Rio não se aliam a São Paulo, em benefício do Brasil? Não seria melhor adotar tal iniciativa do que procurar, em vão, abalar o vizinho mais forte e mais próspero, que tem bastante a dar e marchará para frente sem nada pedir, a não ser que lhe permitam crescer em paz? Já vai longe entretanto o tempo em que as Gerais podiam oferecer à vida pública nacional safras valiosas de estadistas. Mesmo lá, agora, nomes como Lafayette Rodrigues Pereira, João Pinheiro, Francisco Sales, os dois Afonso Pena, pai e filho, Venceslau Brás, João Luís Alves, Afrânia de Mello Franco e, mais proximamente, Milton Campos — e muitos outros —, são deixados em condénavel esquecimento. Parece que se vai generalizando a intenção inferior de desprezar as melhores

tradições políticas mineiras, na vã tentativa de valorizar um estilo diferente, no qual prevalecem a afoiteza, o êxito a qualquer preço, a bravata, tudo isso de volta com padrões de conduta que estão muito longe da honestidade discreta e invicta que constituiu talvez o mérito maior de muitos governantes de Minas Gerais.

Que fazer? Na democracia paga-se o preço das escolhas equivocadas; e esse preço, cobrado ao próprio povo, que vota e conduz ao poder candidatos louquazes, que o iludiram com falsas promessas, nem sempre é módico. Ninguém se livra porém do acerto de contas, tão logo se reabram as urnas para recolher os sufrágios de quantos se tiveram deixado enganar. Neste momento, a gangorra da política põe mais alto a facção menos capacitada a prestigiar as Gerais, na República. É de esperar que não ocorra o mesmo, no Estado do Rio. Quanto a São Paulo, a verdade é que tem sabido, com vantagem, dissociar política de desenvolvimento econômico, vai bem, obrigado, e aguarda somente que o deixem seguir no rumo do futuro a que faz jus, abrigando o maior índice de contingente populacional do País e o maior contingente do eleitorado, enquanto contribui, por intermédio das maiores parcelas do Produto Interno Bruto, para o bem-estar geral.